



**INTEP-MT**

FILIADO A **CUT** E A **CNTE**  
Livre, democrático e de luta!

*Educação em Alerta*

Jornal Sintep-MT - Edição - Agosto de 2018



# GOVERNO DÁ **CALOTE** NOS **RECURSOS** PARA A ESCOLA PÚBLICA

**NÃO**  
A BNCC DO ENSINO MÉDIO

PÁGINA - 04

**PCR'S MUNICIPAIS**  
FAZEM AJUSTE FISCAL

PÁGINA - 07

**2018-2021**  
**NOVA GESTÃO**  
É MARCA DA RESISTÊNCIA

PÁGINA - 08

## EDITORIAL: Desafios a enfrentar



**Iniciado novo triênio de gestão sindical em 29 de junho, data que marcou também os 53 anos do Sintep-MT.**

Prezad@s companheir@s!

**A** redução de investimentos em políticas sociais atingem as escolas em questões básicas, como a ausência de regularidade nos repasses financeiros para materiais de expediente, higiene e limpeza, entre outros. Situação insustentável, que impacta nas atividades educativas, além das péssimas condições de estrutura física da maioria dos prédios escolares na rede estadual, situação que se estende às redes municipais.

Aqui cabe uma pergunta: Será que esses elementos serão considerados nas avaliações de resultados por parte do órgão gestor?

Para além do estado de alerta quanto ao cumprimento da Lei da dobra do poder de compra cuja recomposição salarial referente à data-base de maio 2018, ainda não se integralizou, ficando a RGA prevista para o pós-eleições, temos o enfrentamento à Base Nacional Curricular Comum – BNCC que significa redução de postos de trabalho, desprofissionalização de professores, negação ao conhecimento significativo à vida de estudantes e em sentido mais amplo, ameaça a educação enquanto direito. Sim! É isso que propõe a reforma do Ensino Médio agora finalizada com a BNCC.

Não é exclusividade do Brasil, a tentativa de colocar a educação básica pública à disposição de empresas que estão de olho nas cifras que poderão obter sem nenhum compromisso com formação integral dos estudantes. Daí ter sido feita a proposta de 40% do Ensino Médio à distância, fora da escola por outras instituições. O que diminuirá pela metade o quadro de professores, sem considerar a redução de profissionais docentes pelas poucas disciplinas consideradas obrigatórias.

Estamos e permanecemos mobilizados(as) para dizer não ao desmantelamento das políticas públicas em educação. Não à homogene-

ização e redução do currículo aos interesses do mercado! Não à subtração dos profissionais da educação (especial professores) do papel preponderante em selecionar, organizar e mediar o processo de construção do conhecimento!

Não é muito lembrar que educação é direito social fundamental. É hora de reforçarmos as nossas duas amplas e importantes bandeiras: a defesa da educação pública, laica, gratuita, de gestão pública e o direito à valorização profissional. O planejamento estratégico neste início de triênio apontou para o reforço dessas pautas, assim como as discussões feitas em âmbito global, como no encontro de lideranças sindicais da Educação, na Bolívia, em torno da não privatização e não financeirização da educação.

Estamos em ano de decisões! O projeto de sociedade e visão de mundo que passar pelas urnas nos programas partidários, terá impacto sobre as questões aqui discutidas. Seguiremos em unidade, denunciando à sociedade, alertando estudantes e mobilizando a comunidade escolar para rejeitar a reforma do ensino médio e a BNCC, e quaisquer outras políticas que aniquilem ou retirem direitos.

**E lembremos:  
Voto não tem preço, tem consequência!**

## Lenha na Fogueira

### ● Quando mais é menos

Apesar da estimativa de ampliação no orçamento de Mato Grosso para 2019, em 9,4%, os recursos da Educação e Saúde serão congelados a valores de 2018 e, ainda sem os repasses constitucionais dos percentuais de isenções fiscais, Imposto de Renda, receitas tributárias e recursos desviados do Fundeb. Na matemática do governo a soma de recursos resulta em subtração de direitos.

### ● Educação sexual

Enquanto setores conservadores da sociedade tentam excluir a discussão de gênero das escolas, um caso em Jaciara mostrou mais uma vez a importância de se falar sobre o tema. Duas estudantes de 10 anos de idade denunciaram que sofreram estupro após participarem de uma palestra sobre violência sexual contra menores. Um tapa na cara da ala conservadora dos governos que têm barrado a questão de gênero nos planos de educação alegando que não se deve falar sobre isso nas escolas.

### ● Perdeu, pronto!

O desmonte da educação pública e gratuita promovido pelo governo Temer expande os ataques a parcela historicamente fragilizada em direitos e que, na última década, avançou na conquista de inclusão, assegurada com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Sem consulta ampla e democrática à sociedade, afrontando a constituição e convenções internacionais pactuada pelo Brasil, o MEC sinaliza alterações na política da Educação Especial e diz que não fala sobre o assunto.

### ● Atenção Ratazanas

Em mais uma ação de desrespeito aos direitos individuais e coletivos e a Constituição Federal, deputados/as que defendem práticas reacionárias e arbitrarias, ignorando os encaminhamentos definidos por maioria da sociedade, tentam de forma sorrateira, fazer valer o malfadado projeto de Escola Sem Partido.

### ● Maquiavélicos

Contrários às defesas pedagógicas, empurram para votação o projeto conhecido como Lei da Mordaça nas escolas, porque impede que os/as professores/as abordem temas didáticos que colocam em questão opiniões ideológicas, religiosas e políticas históricas. É preciso que todos e todas fiquem atentos às manobras do cenário político que terão impactos irreversíveis na sociedade, pois 90% do congresso vai à reeleição. E os/as trabalhadores/as terão que derrotar a votação da Reforma da Previdência, provavelmente ainda em 2018.



## Governo Taques **inviabiliza a Educação** com calote de recursos para as escolas

**D**esde o início do ano letivo os/as diretores/as escolares fazem malabarismos para conseguir desenvolver as atividades escolares. As complicações para o uso dos repasses do PDDE, o atraso e parcelamento do Plano de Desenvolvimento da Escola - PDE (verba estadual para manutenção), provocam o caos nas unidades e cada vez mais comprometem a idoneidade dos CDCEs, e os CPF's dos diretores/as.

Tem sido recorrente o histórico de dificuldades para o funcionamento das escolas no governo Taques. A princípio foram as vultosas somas de dinheiro que chegavam as escolas para reformas (levando inclusive a prisão do ex-secretário). Em 2017 foram os atrasos nos repasses do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, comprometendo inclusive as redes municipais. Em 2018, se intensificaram os problemas com os atrasos e parcelamento dos repasses para manutenção básica das unidades (PDE).

O recurso é repassado em quatro parcelas anuais, a cada três meses é fruto da conquista histórica da categoria, desde 1990. Os valores correspondem ao número de matrículas da escola, do ano anterior. "Em muitas escolas a conta já não fecha, pois de um ano para o outro aumenta o número de estudantes, mas em algumas o recurso é o mesmo. Cabe aos gestores resolverem o problema", lembra a diretora sindical e gestora escolar em São José do Rio Claro, Lucinéia Gouveia dos Anjos. Segundo ela, na escola que dirige, as matrículas aumentaram em 400 vagas.

O atraso do governo Taques no repasse da segunda parcela para manutenção, somado ao envio de apenas 30% do recurso, inviabiliza

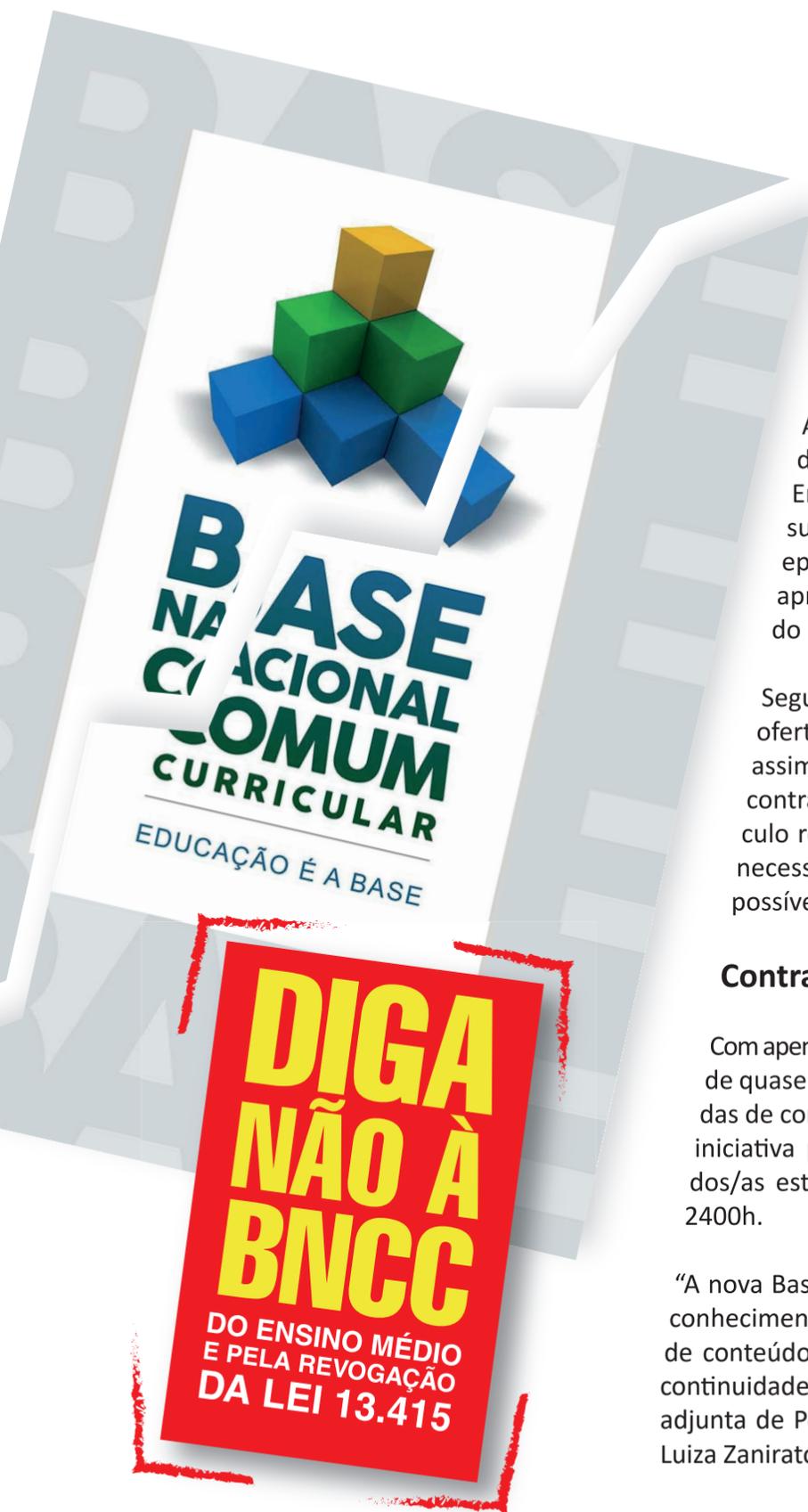
o funcionamento da unidade escolar. As escolas estão sem dinheiro e sem crédito, pois apesar da proibição de comprar fiado, muitos gestores compram o material usando o crédito pessoal, enquanto aguardam o repasse. Caso contrário fechariam as unidades. "Em muitas escolas falta o canetão para o quadro branco, gás de cozinha para a merenda, e até mesmo papel higiênico para os banheiros", relata diretor regional do Sintep/MT e também gestor escolar em Poconé, Ricardo Assis.

"A desresponsabilização financeira com a atividade pública da educação tem sido uma marca deste governo. As escolas estaduais estão numa situação de mendicância, tendo que esmolar pelas verbas que são direito", destaca a presidente do Sindicato dos Trabalhadores no Ensino Público de Mato Grosso (Sintep-MT), Jocilene Barboza dos Santos.

"Reagiremos sempre à qualquer tentativa de inviabilizar o projeto pedagógico e um direito social. As escolas públicas e gratuitas atendem a maioria dos filhos da classe trabalhadora. Por isso o Governo Taques e a Secretaria de Estado de Educação têm o dever de assegurar as condições financeiras adequadas às unidades escolares", reagiu a presidente.

O Sintep/MT lembra que tem buscado o diálogo com a Secretaria de Estado de Educação exigindo respostas aos ataques de direitos a Escola Pública e Gratuita. No entanto, os ofícios cobrando audiência têm sido ignorados. "Temos de reagir essa situação ou perderemos conquistas importantes adiante como Piso, Carreira e a Dobra do Poder de Compra", conclui Jocilene.

# Educadores defendem rejeição a BNCC do Ensino Médio



A nova Base Nacional Curricular Comum (BNCC) construída com o objetivo de atender a antirreforma do Ensino Médio, proposta pelo Ministério da Educação, ganha cada vez mais rejeição dos/as educadores/as. O documento apresentado à comunidade escolar brasileira, em audiências públicas regionais, desde o mês de maio, registrou nas etapas realizadas o total desprezo dos/das participantes. Dia 29 de agosto, será a vez dos representantes da educação da região Centro-Oeste fazerem a análise do documento, em Brasília.

A proposta da BNCC do Ensino Médio já é refutada pelo Sintep/MT antes mesmo do evento oficial de análise e conhecimento, pois não atende a concepção de Ensino Médio defendida pela categoria. Em São Paulo, os/as educadores/as suspenderam a audiência pública em recusa ao projeto. Recentemente um novo episódio desabonador, foi registrado. Na ocasião, o relator responsável pela aprovação pediu afastamento da comissão por discordar das propostas da BNCC do Ensino Médio.

Segundo o ex-presidente da CNE, César Callegari, ele estava contrário à proposta de ofertar 40% do currículo à distância, do barulho da antirreforma do Ensino Médio, assim como das audiências para a análise da Base Curricular Nacional Comum. As contrariedades ao documento seguem os motivos apontados pelo Sintep/MT: currículo reduzido, foco na formação para o trabalho e inviabilidade dos conhecimentos necessários para a formação integral dos/as estudantes. Apesar do MEC ter aventado possíveis alterações no projeto, a luta é pela revogação total dessa BNCC.

## Contrariedades

Com apenas duas disciplinas obrigatórias, o português e a matemática, a nova se desresponsabiliza de quase 40% dos conteúdos das demais disciplinas, que se fundem em áreas denominadas de competências e habilidades. Estas, por sua vez, serão optativas e a oferta aberta à iniciativa privada. A escolha do conteúdo a ser estudado ficará a critério da vontade dos/as estudantes. A carga total do Ensino Médio será de 1800 horas, que hoje é de 2400h.

“A nova Base descarta conteúdos conceituais de várias disciplinas e limita a formação e o conhecimento, oferecendo o mínimo necessário para assegurar a qualidade e integralidade de conteúdos. Oferecerá aos jovens formação pouco qualificada, sem oportunidade para continuidade de estudos no ensino superior e nos cursos técnicos”, conclui a secretária adjunta de Políticas Educacionais, e conselheira do Conselho Estadual de Educação, Maria Luiza Zanirato.

## Antirreforma reduz currículo e o direito ao conhecimento

A Base Nacional Comum Curricular do Ensino Médio sistematiza a antirreforma dessa etapa da Educação. O objetivo é ajustar a educação pública à reforma fiscal do governo federal, que tem na política do corte de investimentos (Emenda Constitucional nº 95), a proposta de maior impacto para os serviços públicos, entre eles a Educação. O governo promove o desmonte da escola pública e para isso, precisa mexer na estrutura curricular

A Lei nº 13415/17 (Reforma do Ensino Médio) desestrutura a carreira profissional docente, ao permitir o ingresso de contratos de notório saber (tutores de conteúdo). Ao priorizar o ensino de Língua Portuguesa e Matemática, descarta a necessidade dos professores das demais disciplinas. Com foco em treinar estudantes para os testes padronizados, não necessitará de profissionais licenciados. O objetivo será adestrar os estudantes para que atinjam a média de aprendizagem determinada pelos índices educacionais internacionais.

A antirreforma do Ensino Médio, assim como as demais políticas de desmonte de direitos promovida pelo governo, dá mais um golpe na educação ao permitir a compra de conteúdos prontos, os chamados cursos apostilados. Cria os itinerários formativos opcionais e restringe as opções e as possibilidades do aprofundamento de conhecimentos pelos/as estudantes

# Sintep/MT luta por Educação Pública e Gratuita ameaçada por falta de investimentos



**O** Sintep/MT reafirma durante o Planejamento Estratégico da direção central, ocorrido no mês de julho, a defesa permanente pela Educação Pública como direito, e da escola gratuita, laica, democrática e de gestão pública. A bandeira histórica na luta dos trabalhadores e trabalhadoras da educação está ameaçada diante das políticas demandadas pelos governos federal, estadual e municipais.

Durante o Planejamento, que reuniu os novos diretores do sindicato, foram debatidos os inúmeros ataques ao direito dos trabalhadores e das trabalhadoras da educação, principalmente, as ocorrências nas redes municipais. O desmonte que se agravará com a entrada em vigência das Emendas Constitucionais nº 95 (Teto dos Gastos), e a Desvinculação de Recursos da União - DRU) que direcionam os recursos de impostos para outras finalidades e desvinculam a arrecadação de verbas para a Educação.

“A concepção de Educação do MEC está favorecendo a iniciativa privada, desresponsabilizando o estado desse direito. Isso é visível, por exemplo, com a reforma do Ensino Médio, quando metade da carga horária é encaminhada para instituições fora do espaço da escola. Sem falar no currículo que pressupõe uma formação por competências e segue as exigências do mercado de trabalho, se

contrapondo a concepção da formação humana para o desenvolvimento humano”, alerta a presidente do Sintep/MT, Jocilene Barboza.

Outro fato destacado nas discussões do coletivo estão no fato das medidas trazerem a desprofissionalização dos profissionais da educação. “As políticas substituem o docente por um tutor, alguém que vai ser instrutor num curso de formação profissional, sem conteúdo de formação humana, apenas instrumental. Assim como já está ocorrendo com a Educação de Jovens e Adultos, paulatinamente desmontada induzindo a modalidade da educação à distância”, como única opção a ser ofertada destaca Jocilene.

Os debates possibilitaram o diálogo com os dirigentes da base em que relataram os ataques realizados desde direito da carreira - formação inicial e continuada, piso, jornada, unificação, condições de trabalho – até a estrutura das escolas, o que envolve a falta de equipamento necessários para desenvolver as funções, até direitos básico do cidadão, como o afastamento para licença de saúde.

“Ficou perceptível que o foco de atuação do sindicato nesse próximo período deve mesmo ficar sobre a defesa da educação pública como direito, como questão de sobrevivência da categoria profissional e direito da sociedade ao acesso à educação” concluiu a presidente.

## Escola Militar **compromete recursos** da Educação Pública

**O** uso de recursos da educação pública para escolas que propõe reserva de vagas para familiares de militares foi questionado no Conselho Estadual de Educação. A solicitação de credenciamento, feita em junho, para nova escola militar em Mato Grosso, integrada ao Programa Pró-Escolas do governo Taques, teve pedido de vista do processo.

A conselheira e secretária adjunta de Políticas Educacionais do Sintep, professora Maria Luiza Bartmeyer Zanirato, foi a responsável pelo questionamento. Conforme ela, a Lei de Diretrizes de Base da Educação (9394/96), determina que o ensino militar, que atende a profissionalização daqueles que buscam seguir a carreira militar deverá ser feito com recursos próprios da administração militar. “Na escola pública de Educação Básica não é permitido reserva de vagas para nenhum segmento”, justificou.

Nas escolas militares 50% das matrículas são reservadas para filhos/as de militares. O restante é ocupado por estudantes que se submetem a um teste de seleção. “Daí a crença de ser uma escola melhor, porém os/as candidatos/as que ingressam na escola militar

são selecionados entre os melhores”, diz

Segundo Maria Luiza, esses dois pontos rompem o conceito defendido para Escola Pública, Gratuita e Inclusiva, pois os recursos públicos da educação são de todos e não podem ser empregados para uso de alguns apenas.

Conforme a secretária adjunta, é preciso destacar o equívoco conceitual da escola militar que define o currículo a partir dos interesses próprios, da formação para a submissão, estabelecendo regras como uso de farda, o penteado de cabelos, além da identificação do estudante como militar.

“Existe no senso comum a ideia de que escola militar é melhor porque resolveria os problemas de indisciplina e da falta de segurança pública social. Isso não é comprovado, até porque disciplina é educação e não imposição”, destaca Maria Luiza. Para o Sintep/MT a questão a ser respondida é: qual é o interesse da Seduc/MT em ampliar as escolas militares e não investir nas escolas públicas, gratuitas e para todos/as?

# CAOS NA EDUCAÇÃO



## Alceu Trentin

Diretor da EE Liceu Cuiabano Maria de Arruda Muller - Cuiabá

“Realizamos as Olimpíadas Escolares com patrocínio de uma empresas privadas, estamos devendo e sem condições de comprar mais nada. Em sete anos que estou no Liceu Cuiabano isso nunca havia acontecido. Cadê a Educação de Qualidade, sem dinheiro. O primeiro repasse (do PDE) só ocorreu depois da ação no Ministério Público”, lembrou.

## Dimas Antônio da Silva

Diretor da EE Ulisses Cuiabano - Cuiabá



“O governo está fazendo o repasse da educação como se fosse carnê das Casas Bahia. O repasse de R\$ 68,00 por aluno é o mesmo desde 2014, a escola recebe R\$ 76 mil por ano. Esse é o valor que um vereador, em Cuiabá, recebe de verba mensal”, fala indignado



## Luzinete Senna

Diretora da EE Hermelinda de Figueiredo - Cuiabá

“Faço uma ginástica tremenda para não comprar fiado. Mas chegamos em uma situação que não tem mais jeito. Não comprarei fiado. Já avisei aos pais, fecho a escola. Comuniquei que não tínhamos sequer sulfite”, disse.

## Aurency dos Passos Pereira Toígo

Diretora da EE João Ribeiro Vilela - Primavera do Leste



“A Assembleia Legislativa diz que o governo tem dinheiro, o Ministério Público diz que vai investigar, e o governo coloca a culpa na Folha da Educação. Enquanto isso, nós diretores ficamos no meio assumindo dividas para manter as escolas. Não somos mantenedores, essa é obrigação do estado. No final do ano entregamos a gestão e se tiver dívidas vamos sair com o nome sujo, responder a processo administrativo da própria Seduc e ficar humilhado na comunidade escolar”.



## Emilson Pereira de Freitas

Diretor da EE Dr. Mario de Castro - Cuiabá

“Com o mínimo necessário não se pode fazer Educação de Qualidade. Com isso, se faz o possível. Minha escola foi projetada para 800 estudantes, estamos com 2.100. A má gestão do estado é responsável pela crise que estamos passando. Se a Lei do Teto de Gastos congelar os recursos, será impossível manter a Educação Pública nos próximos cinco anos”

## Edilse Maria Dill

Diretora da Escola Estadual Professor Gustavo Kulmann - Cuiabá



“É um descaso com a Educação Pública. Como manter a qualidade primordial para o aluno. Pela primeira vez em quatro anos estou devendo a fornecedores. Minha escola tem 200 alunos e faço tudo para manter a qualidade”.



## Maria Neves Nogueira

Diretora da EE Padre Ernesto Camilo Barreto - Cuiabá

“A situação está bagunçada. Nunca precisei comprar fiado, não vou comprar. Estou com R\$ 59,00 em caixa. Não tem condições de continuar a funcionar sem recursos”

## Redes municipais

## Luta nas redes municipais continua



**E**m Mato Grosso, cerca de 100 municípios têm carreira unificada, porém poucos pagam o piso nacional de R\$ 2.455,35 para até 40 horas semanais de trabalho. Além do salários, nas redes municipais existem problemas como o

pagamento de percentuais diferentes para professores/as e funcionários/as mesmo quando a carreira é unificada. Em 2018, a luta continua, não só por conquistas, mas também pela manutenção dos direitos, especialmente a carreira unificada, que tem sido atacada pela Associação Mato-grossense dos Municípios (AMM) em parceria com a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) e apoio do Ministério da Educação (MEC).

Uma das principais frentes de luta, segundo a secretária-adjunta de Redes Municipais do Sintep/MT, Ana Lúcia da Silva, é manter a carreira unificada onde já existe Legislação nesse sentido. “Os/as educadores/as precis-

am estar atentos/as, pois muitas vezes quando ficam sabendo, o Plano de Carreira e Remuneração, o PCR, já foi aprovado pela Câmara de Vereadores e os funcionários excluídos da carreira”.

Além da unificação da carreira, é preciso que ela ocorra na prática, com salários e jornada igual, pois é comum que sejam aplicados percentuais diferentes aos vencimentos de cada segmento, assim como carga horária maior para os/as funcionários/as. “Tivemos muitos avanços nas redes municipais, mas ainda é preciso melhorar a carreira, para que as condições sejam iguais para professores/as e funcionários/as”, explica Ana Lúcia.

## PCR's fazem ajuste fiscal nos direitos do trabalhador da educação

**O** governo federal encerrou em junho o prazo para elaboração dos Planos de Cargos e Remuneração, os PCR's. O projeto do Ministério da Educação (MEC) é mais uma tentativa de adequar o ajuste fiscal federal ao orçamento das Prefeituras. O objetivo é o enxugamento de custos, que traz como principal característica de sua elaboração o desmonte da carreira e o corte de direitos dos profissionais da educação nas redes municipais.

Há mais de um ano o Sintep/MT orienta os/as trabalhadores/as da educação nas redes municipais, que ainda não tinham formulado um Plano de Cargo Carreiras e Salários (PCCS), que fizesse o enfrentamento na defesa da valorização profissional a partir da implantação de piso salarial e jornada, já que ambos andam juntos. Assim como, carreira única para os profissionais da educação.

“Piso é o valor para jornada, não é teto. E todos os profissionais da escola estão na carreira, conforme assegurado no artigo 61 da Lei nº 12.014, de 2009”, lembra a secretária adjunta de Redes Municipais, Ana Lúcia Silva, destacando o

fundamento da Lei da Carreira dos Profissionais da Educação de Mato Grosso.

Conforme o assessor jurídico da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), Eduardo Ferreira, o PCR é mais uma lei que trata sobre formulação de Planos de Cargos Carreiras e Salários. Segundo Ferreira, desde o Fundef, na década de 90, passando pelo Fundeb (Lei 11494) atual, se estabeleceu prazos para construção dos planos.

“No caso dos PCR's, como está ligado ao MEC e este regulamenta vínculos de repasses voluntários da União, o que pode acontecer é que, como requisito, aqueles municípios que não tiverem feito, podem ficar sem receber a complementação do Fundeb ou outros convênios (no caso de MT). A recomendação feita foi de que se fizesse o Plano. No entanto, articulando as defesas da categoria”, diz Ferreira.

Para o assessor, ao utilizar a planilha de cálculo do MEC para os PCR's, seguindo a tabela estabelecida, a categoria constatou redução de direitos. Diante desse quadro orienta que, aqueles municípios que já têm seus Planos devem resistir, pois apesar de vincularem os PCR's ao recebimento de recursos da Educação, existem leis superiores que asseguram a categoria.

## Gestão democrática na prática

### E.E. Dr. José Rodrigues Fontes reconquista direito a eleger direção

**E**m um período de ataques à Lei 7.040/1998, mais conhecida como Lei de Gestão Democrática, a comunidade escolar da Escola Estadual Dr. José Rodrigues Fontes, em Cáceres, mostrou que a força do coletivo é que garante a democracia na escola. Depois de terem uma diretora imposta pela Seduc, pais, estudantes, professores e funcionários permaneceram em greve por 20 dias até ter o direito a eleger o gestor da unidade escolar garantido.

Em janeiro, a então diretora da escola pediu afastamento da função e a comunidade escolar se reuniu e realizou uma nova eleição. No entanto, a Seduc não homologou essa eleição e indicou uma nova diretora, suspendeu os projetos pedagógicos e promoveu perseguição aos educa-

dores. O resultado foi uma greve, que envolveu toda a comunidade escolar, com idas à sede da Seduc, em Cuiabá, manifestações em frente à escola e denúncias à imprensa.

“A formação política da comunidade escolar fez a diferença nesse caso. Quando a gestão democrática foi atacada, pais, estudantes e educadores se uniram para assegurar o direito que está na Lei 7.040/1998. Após a luta, uma das coordenadoras foi aclamada como diretora, o que é uma vitória, não só para a Escola Estadual Dr. José Rodrigues Fontes, mas para todas as escolas de Mato Grosso, para que vejam que é possível enfrentar os desmandos do atual Governo” afirma o vice-presidente da subsede Sintep/MT em Cáceres, Sílvio Araújo.





# Nova gestão marcará resistências aos ataques a carreira

**D**iante das tentativas de desmonte da carreira, registrada, principalmente, pelo corte de investimentos federais, a nova gestão do Sintep/MT já se organiza para enfrentamentos mais incisivos na defesa dos direitos da categoria.

Os ataques aos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras da educação, principalmente nas redes municipais, estão fragilizando as conquistas e inviabilizando avanços para qualidade da educação pública, gratuita, laica, socialmente referenciada e transformadora.

Os direitos consolidados da carreira na rede

estadual, apesar de ameaçados, estão muito à frente dos desafios a serem vencidos pelos/as educadores/as nas redes municipais. A fragilidade desse ente federado (municípios) exigirá no atual momento acompanhamento intensivo do sindicato para efetivar as conquistas da carreira: piso salarial nacional, jornada de trabalho e principalmente unificação dos profissionais e avançar para a implementação da política da dobra do poder de compra.

“Temos como modelo de retrocesso a ser enfrentado nas redes municipais o desmonte de direitos via Planos de Carreira e

Remuneração (PCR), e até mesmo a terceirização de serviços, incluindo o pedagógico. A não implantação do Piso Salarial Nacional (PSPN) será outro enfrentamento a ser feito”, diz a presidente Jocilene, que inicia gestão 2018-2021.

Segundo Jocilene, os dirigentes do Sintep intensificarão o processo de formação com debates juntos aos profissionais de vários municípios do estado. O objetivo é esclarecer os impactos que as políticas federais e estaduais trarão para a carreira profissional e criar estratégias de luta e resistência.